

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.504 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2002



José Cruz

O Coral do Senado apresentou-se na homenagem ao cinquentenário da CNBB

Sessão especial comemora os 50 anos de fundação da CNBB

A cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) participou ontem no Senado da homenagem requerida por Pedro Simon. Foi exibido vídeo sobre a criação e a trajetória da entidade.

PÁGINAS 4 E 5

Ministro diz que aprovação da CPMF permitirá reduzir cortes no Orçamento

PÁGINA 6



Célio Azevedo

Ministro do Planejamento, Guilherme Dias (ao microfone), debate com parlamentares na Comissão Mista de Orçamento

Aprovado maior rigor contra os corruptos

Plenário vota em primeiro turno projeto que impede progressão da pena enquanto condenados não devolverem recursos

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, projeto da Comissão Mista de Segurança Pública que visa intensificar o combate à criminalidade no país. Pela proposta, os condenados por crimes de corrupção só poderão ser beneficiados com a progressão da pena se devolverem ao erário os recursos desviados.

Já o projeto que institui o Sistema Nacional Antidrogas, também de autoria da Comissão de Segurança, começou a ser discutido ontem. Ele estabelece a atuação comum, no combate ao narcotráfico, de instituições federais, estaduais e municipais, abordando a prevenção, repressão, tratamento dos viciados e definição dos crimes envolvendo drogas.

PÁGINA 3

Grevistas da Petrobras devem ser anistiados



Roosevelt Pinheiro

José Eduardo Dutra relatou o projeto, que segue para a sanção presidencial

PÁGINA 3

Plenário autoriza crédito externo de US\$ 181,5 mi

Contratação de operações de crédito externo aprovada ontem pelo Plenário do Senado vai beneficiar projetos desenvolvidos pelo Banco Central do Brasil (BC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Força Aérea Brasileira (FAB).

PÁGINA 3

Projeto evita punição dupla a usuário devedor

Projeto de lei do senador Chico Sartori (PSDB-RO) altera a Lei de Concessões estabelecendo que as empresas concessionárias e permissionárias não poderão inscrever usuário em qualquer cadastro público de devedores inadimplentes.

O parlamentar explica, na justificativa do projeto, que o objetivo da proposta é evitar que o usuário seja penalizado duas vezes, pois a própria Lei de Concessões prevê a interrupção da prestação do serviço por motivo de inadimplência do usuário.

A proposta está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa, ou seja, cabe à comissão dar a última palavra, a não ser que haja requerimento para que a matéria seja encaminhada a Plenário.

Patrocínio elogia lançamento de boletim da Conab

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) saudou o lançamento, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do boletim informativo *Acompanhamento Conjuntural de Produtos Agrícolas no Tocantins*, que, segundo afirmou, retrata de modo abrangente a situação da agropecuária do estado. O boletim aborda, também, a situação das unidades de armazenamento existentes no estado, os estoques governamentais e os programas de comercialização de produtos agrícolas, além dos programas sociais e institucionais, como o de distribuição de cestas de alimentos.

Carlos Patrocínio ressaltou a importância do boletim para a divulgação da pujança da economia agropecuária do Tocantins, mostrando que o estado colheu, este ano, mais uma safra recorde. De acordo com o boletim, informou o senador, os plantios de milho e soja tiveram incremento significativo.

A insatisfação registrada entre os produtores de arroz, disse o parlamentar, motivada principalmente pelo baixo preço do produto, estimulou-os a buscarem culturas alternativas, como forma de equilibrar seus ganhos, fortalecendo assim a fruticultura, a piscicultura e a pecuária.

Eduardo quer Educação Sexual como disciplina

Senador defende que adolescentes tenham acesso a métodos anticoncepcionais, a fim de reduzir gestações precoces

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu a discussão da sexualidade na escola e a garantia aos jovens do direito de acesso a métodos anticoncepcionais. O aumento da maternidade na adolescência é um dos motivos para a adoção da disciplina de Educação Sexual.

— Os programas para adolescentes abordando sexualidade, gravidez e prevenção de doenças devem, antes de tudo, levar em conta os aspectos sociais, culturais e econômicos das comunidades em que se inserem — disse.

O senador argumentou que é preciso insistir na capacitação dos profissionais das áreas de saúde e educação para que estejam preparados para atuar junto aos jovens e garantir o acesso às informações sobre todos os métodos contraceptivos disponíveis. Ele ainda lembrou que o custo de contraceptivos como o diafragma, o preservativo e a pílula é proibitivo para grande parte dos jovens.

— Estatísticas do IBGE têm mostrado um número enorme de ges-



Rosevelt Finheira

Falta de perspectiva de vida é principal causa de gravidez na adolescência, diz Eduardo Siqueira Campos

tações inoportunas entre jovens, com mais de 600 mil partos de adolescentes por ano. Se a esse número acrescentarmos a estimativa de abortamento provocado, que deve andar por volta de 500 mil ao ano, chegaremos ao espantoso número de um milhão ou mais de gestações indesejáveis entre adolescentes. Apesar de serem muitas as causas da gravidez precoce e de ela estar presente em todas as classes, há um consenso entre especialistas: a falta de perspectiva de vida é um dos principais pontos — afirmou.

Além disso, Eduardo Siqueira Campos apontou estudos constatando que a atividade sexual na adolescência vem se iniciando cada vez mais precocemente, com conseqüências indesejáveis imediatas, como o aumento da frequência de doenças sexualmente transmissíveis.

— A gravidez na adolescência tem sérias implicações biológicas, familiares, emocionais e econômicas, além das jurídico-sociais, que atingem o indivíduo isoladamente e a sociedade como um todo — frisou.

Alcântara destaca os 100 anos de "Os Sertões"

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou que no próximo ano será comemorado o centenário da publicação do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha — a primeira edição circulou no dia 2 de dezembro de 1902, editado pela Laemmert, do Rio de Janeiro. Na avaliação do senador, a obra, ao narrar a Guerra de Canudos, pode ser vista como uma síntese do Brasil, com suas diferenças sociais, regionais e econômicas; seus dilemas em enfrentar situações de tensão social; e as dificuldades do Estado em levar ao país suas instituições, o que ainda é uma reali-

dade, mais de um século depois do episódio.

— O que fica depois da leitura de *Os Sertões* é a lição de brasilidade e da necessidade de construirmos uma sólida sociedade democrática, que consiga não só enfrentar os desafios sociais, como também conviver com as diferenças entre o litoral e o sertão — analisou o senador.

Alcântara fez relato minucioso da verdadeira saga que foi a cobertura da Guerra de Canudos, por Euclides da Cunha, para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Ao retornar da Bahia para São Paulo, conti-

nuou o senador, Euclides foi transferido para São José do Rio Preto, onde escreveu sua obra-prima. Alcântara explicou que, entre o fim da guerra e a publicação de *Os Sertões*, foram editados vários livros que trataram da guerra, mas com este livro o acontecimento entrou definitivamente para a história do Brasil e passou a ser conhecido mundialmente. "Para muitos estudiosos, a permanência do debate histórico sobre a Guerra de Canudos é devido fundamentalmente à relevância adquirida por este acontecimento graças ao livro", observou.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2002

PLENÁRIO
9h — Sessão não deliberativa
PREVISÃO PLENÁRIO
Segunda-feira 14h30 — Sessão não deliberativa
Terça-feira 14h — Sessão conjunta do Congresso Nacional Pauta: eleição do Conselho de Comunicação Social. Plenário da Câmara
14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição federal (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos); PLS que dispõe sobre cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos; PLS que dispõe sobre crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes; PLS que altera a Parte Geral e os artigos 157, parágrafos 2º, 1, 158, 329 e 334 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), altera o artigo 85 da Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais; e PLS que altera dispositivos da Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).
Quarta-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que acrescenta o artigo 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União; e PLS que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), relativos à prova.
Sexta-feira 9h — Sessão deliberativa ordinária Pauta: primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera os artigos 100 e 156 da Constituição federal e o artigo 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e acrescenta os artigos 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF).
Sessão deliberativa extraordinária Pauta: segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera os artigos 100 e 156 da Constituição federal e o artigo 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e acrescenta os artigos 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF).
COMISSÕES
Terça-feira 10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19
18h30 — Comissão Mista destinada a examinar a MP que regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (anistia política). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3
Quarta-feira 9h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mazarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

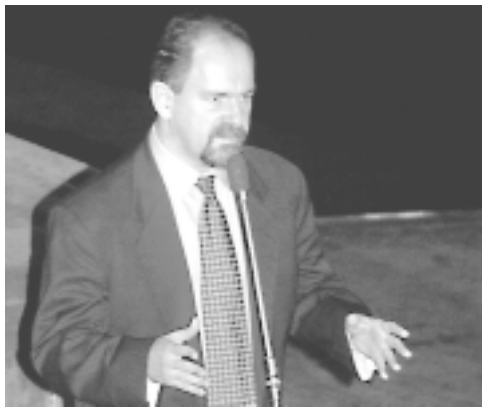
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Fotos: José Cruz

José Eduardo Dutra, relator do projeto, ressaltou o direito constitucional à greve

Trabalhadores grevistas da Petrobras receberão anistia

Foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado projeto de lei da Câmara que concede anistia a dirigentes, representantes sindicais e demais trabalhadores da Petrobras que sofreram punições ou foram despedidos entre 1º de setembro de 1994 e 1º de setembro de 1996 por terem participado de movimentos grevistas.

O relator da matéria, senador José Eduardo Dutra (PT-SP), disse que a proposta vitoriosa representa um "final feliz de uma longa novela" que vinha se arrastando entre diversos projetos, inclusive um de sua autoria, que foram vetados pelo presidente da República.

Dutra explicou que o projeto aprovado foi fruto de intensas negociações envolvendo lideranças do PT, da base governista e dos sindicatos. À época do acordo, o então ministro-chefe da Casa Civil, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), garantiu que o governo vai sancionar a proposta tal como aprovada pelo Legislativo.

De acordo com o projeto, que segue agora à sanção presidencial, não haverá pagamento de salários retroativos à data de demissão dos trabalhadores e dirigentes sindicais.

O projeto assegura, contudo, o cômputo do tempo de serviço, a progressão salarial e o pagamento das contribuições previdenciárias, tanto pública quanto privada, do período compreendido entre as dispensas ou suspensões contratuais e a vigência da nova lei.

"DESRESPEITO"

As punições feitas aos grevistas, segundo Dutra, constituíram "flagrante desrespeito à Constituição", que garante aos trabalhadores, ressaltou, o direito de greve. Ele lamentou que fatos como esse ainda ocorram no Brasil.

O senador destacou como fundamental para a aprovação da proposta os esforços do ex-deputado Luciano Zica (PT-SP), do deputado Jair Meneghelli (PT-SP) e de vários líderes sindicais. Ele registrou a presença em Plenário, na votação do projeto, dos líderes petroleiros José Gerivaldo Silva e João Antônio Moraes.

Ao pronunciar voto favorável à proposta, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) disse que a aprovação vem corrigir "uma grave injustiça contra os trabalhadores", assegurando-lhes de forma plena os direitos constitucionais.

Emissoras de rádio obtêm autorização para funcionar

O Plenário aprovou ontem projetos de decreto legislativo que validam atos previstos em portarias ministeriais, autorizando a execução de serviços radiofônicos no interior dos estados do Amapá, Bahia e Alagoas.

A primeira concessão beneficia a Associação Rádio Comunitária de Vitória do Jari (AP), que executará, por três anos, serviços de radiodifusão comunitária. A segunda autorização foi dada à Associação dos Produtores e Moradores do Município de Condeúba

(BA), para também explorar esse tipo de serviço.

A terceira autorização foi concedida à Empresa de Comunicação Grande Rio Ltda., para executar serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Penedo (AL) por um período de dez anos.

Outra autorização aprovada pelo Senado beneficiará a Fundação Quilombo, que poderá executar esse tipo de serviço, também em frequência modulada, na cidade de Rio Largo (AL).

Condenado por corrupção não terá direito a benefício

Projeto aprovado em primeiro turno impede que progressão da pena seja concedida a corruptos que não devolverem valores subtraídos do erário

O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, projeto que visa intensificar o combate à criminalidade no país. A proposta, apresentada pela Comissão Mista de Segurança Pública, impede que condenados por crimes de corrupção sejam beneficiados com a progressão da pena, sem que antes devolvam os valores subtraídos do erário.

Outro projeto, também da Comissão de Segurança e que institui o Sistema Nacional Antidrogas, teve a discussão iniciada. O projeto estabelece a atuação comum, no combate ao narcotráfico, entre instituições federais, estaduais e municipais, abordando temas relacionados à prevenção, repressão, tratamento de viciados e definição dos crimes envolvendo drogas.

Os projetos têm de passar por dois turnos de apreciação no Plenário. Segundo o Regimen-



Senadores iniciaram ontem a discussão de projeto que institui o Sistema Nacional Antidrogas, proposto pela Comissão Mista de Segurança

to Interno, medidas propostas a partir de comissão mista do Congresso Nacional são sujeitas a tramitação especial. Ambos os projetos deverão retornar ao Plenário na próxima ordem do dia, prevista para quarta-feira, dia 29.

COMUNICAÇÃO

Na próxima terça-feira, segundo o presidente do Senado,

Ramez Tebet, não haverá sessão plenária do Senado, uma vez que o Congresso Nacional vai se reunir nesse dia, a partir das 14h30, para instalação do Conselho de Comunicação Social. O tema, lembrou Tebet, vem sendo tratado pelo Congresso desde 1988. Ele fez um apelo a todos os senadores para que garantam presença na sessão.

Senado aprova crédito de US\$ 181,5 mi

O Plenário do Senado aprovou ontem a contratação de operações de crédito externo no valor total de US\$ 181,5 milhões que vão beneficiar projetos desenvolvidos pelo Banco Central do Brasil (BC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Força Aérea Brasileira (FAB).

Uma das operações consiste em empréstimo de US\$ 14,46 milhões a ser contratado pelo governo brasileiro junto ao Bird (Banco Mundial). Os recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários, concebido para dar continuidade ao processo de modernização do sistema financeiro e do mercado de capitais.

As ações previstas no programa, segundo mensagem encaminhada ao Senado pelo presidente da República, serão destinadas especialmente à melhoria da saúde financeira dos

bancos e da rede de segurança. Também permitirão o fortalecimento dos instrumentos de fiscalização exercida pelas duas instituições, o aumento da transparência nas negociações dos valores mobiliários no mercado e a melhoria da eficiência da intermediação financeira e do acesso ao mercado.

O custo efetivo da operação a ser contratada junto ao Bird será de 2,54% ao ano e o prazo para quitação do débito vai até setembro de 2016. A operação exige uma contrapartida das instituições beneficiárias, no valor de US\$ 4,23 milhões (US\$ 3,63 milhões do BC e US\$ 600 mil da CVM).

FROTA

A segunda operação de crédito, que consiste no financiamento de US\$ 167,054 milhões, também será contratada pelo governo brasileiro, junto aos bancos

HSBC Bank PLC e Crédit Commercial de France, sendo US\$ 95,968 milhões da primeira instituição e US\$ 71,086 milhões da segunda.

Os recursos destinam-se ao financiamento de 85% da compra de equipamentos, pelo Comando da Aeronáutica, para projeto de modernização da frota da FAB. A operação com os dois bancos prevê um prazo de carência mínimo de três meses e máximo de seis, com amortização em dez anos.

A taxa de juros prevista no contrato é a CIRR (Commercial Interest Reference Rate) européia, equivalente a 8,56% ao ano. De acordo com o previsto no contrato, o devedor utilizará os recursos do financiamento para adquirir equipamentos e serviços do Reino Unido, Itália, Alemanha e Canadá.



SESSÃO ESPECIAL

Senado comemora 50 anos de fundação da CNBB

Em sessão especial, o Senado homenageou, na manhã de ontem, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pelo transcurso do cinquentenário de fundação da entidade. A solenidade, requerida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), foi aberta pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, e contou com a presença da cúpula da entidade religiosa e de grande número de senadores. Estavam presentes o presidente da CNBB, dom Jayme Henrique Chemello, o vice-presidente, dom Marcelo Carvalheira, o secretário-geral, dom Raymundo Damasceno, e o arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, entre outros. A comemoração foi marcada pela apresentação do Coral do Senado e pela exposição de vídeo produzido pela CNBB sobre a criação e a trajetória da entidade nesses 50 anos de existência. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, narra o documentário, nasceu por inspiração do arcebispo emérito de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, em 1952. O vídeo registra também a relevância das Campanhas da Fraternidade, promovidas pela CNBB, e dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões pastorais da entidade. Em discurso em homenagem à CNBB, Simon destacou que a Conferência tem tido atuação marcante na história do país, principalmente por suas posições em defesa dos direitos humanos e da democracia.

Simon elogia proposta de uma cruzada contra fome e miséria

Autor do requerimento de realização de sessão especial em homenagem aos 50 anos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o senador Pedro Simon elogiou a proposta da entidade para que todos os brasileiros se unam em uma cruzada contra a fome e a miséria.

— Que bom se, nesse cinquentenário, nós assumíssemos esse compromisso. Essa será nossa luta e nossa caminhada — comentou Simon.

O senador disse que a CNBB tem “50 anos de excelentes serviços prestados à nação, em especial aos mais humildes e neces-

sitados”. Prova disso, observou, são os temas adotados ao longo dos últimos anos pelas Campanhas da Fraternidade.

Entre esses temas, recordou, estão os de defesa dos índios, dos negros e das mulheres. Também têm sido abordadas pelas campanhas a defesa da família e da educação e a luta contra as drogas.

— O verdadeiro drama social do Brasil está nessa lista, que inclui tudo o que nos revolta e nos deixa constangidos — destacou.

Simon lembrou o importante papel exercido pela CNBB na luta contra o regime militar, quando se somou a outras instituições na defesa

das liberdades democráticas e no combate ao autoritarismo. E, ao traçar um perfil das lideranças católicas das últimas décadas, ressaltou o trabalho de bispos como dom Hélder Câmara, dom Aloisio Lorscheider, dom Ivo Lorscheider, dom Luciano Mendes de Almeida e dom Paulo Evaristo Arns.

Ao concluir, o senador citou trecho do livro *O Deserto é Fértil*, de dom Hélder Câmara, em que o bispo afirma ser o egoísmo “o mal dos males”. Esse egoísmo, prosseguiu dom Hélder nas palavras colhidas por Simon, “fecha os olhos dos ricos dos países pobres e cega os ricos dos países ricos”.



Dirigentes da CNBB e grande número de parlamentares estiveram presentes à sessão especial

Alcântara recorda “vocação para atender os aflitos”

Entre os oprimidos e os excluídos dos sistemas de poder, a CNBB, na opinião do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é vista como um pólo de resistência. Principalmente após o movimento militar de 1964, quando recebeu denúncias de tortura por todo o país, disse o senador, a entidade demonstrou com maior intensidade a sua vocação para o atendimento dos aflitos.



Para Alcântara, CNBB reúne aspirações universais

— Nos anos 60, a CNBB convergiu para postura mais política que meramente contemplativa. Não deixou de prestar socorro aos perseguidos, abrigando-os no discurso e na prática religiosa, denunciando os exageros e as excrescências do regime de exceção — disse Alcântara.

O senador registrou ainda que a entidade foi responsável por um

processo de modernização da Igreja Católica, acompanhando as transformações culturais registradas no mundo depois da II Guerra Mundial. Dessa forma, continuou, a CNBB ocupa um espaço acima das religiões, reunindo aspirações universais como a humanização.

— Quanto mais a sociedade se caracteriza pela democracia e a liberdade, menos a CNBB se confundirá com uma instituição política. Seu principal objetivo sempre será o da evangelização — frisou.

País não pode prescindir dessa liderança, diz Agripino

Em nome do PFL, o senador José Agripino (RN) homenageou os 50 anos de fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e disse que o país, “com tantas desigualdades e injustiças, não pode prescindir da liderança de uma instituição isenta, idônea, competente e fraterna, como é a CNBB”.

Agripino afirmou que poucas instituições assumiram papel de tanta relevância na história recente como o desempenhado pela

CNBB. Como exemplo, citou a luta contra os abusos cometidos pelo regime militar e os exageros da exploração capitalista do país, e a campanha em favor da redemocratização.

O senador destacou ainda a criação, pela CNBB, de entidades como a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral Operária, a



José Agripino: entidade é isenta, idônea e fraterna

Pastoral dos Jovens do Meio Popular, o Conselho Indigenista Missionário e as Comunidades Eclesiais de Base. Agripino enalteceu também a criação, pela CNBB, da Comissão de Justiça e Paz, órgão de defesa dos direitos humanos e de denúncia da violência.

Alencar ressalta coragem na luta contra o arbítrio

Ao homenagear a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pelo cinquentenário, o senador José Alencar (PL-MG) destacou a coragem da entidade de enfrentar, com altivez, os tempos difíceis e amedrontadores do poder político discricionário.



Alencar vê Campanha da Fraternidade como brado de alerta

— Recordamos com admira-

ção as campanhas empreendidas, as denúncias e os manifestos dirigidos às autoridades e à opinião pública — disse.

O senador afirmou que os mesmos sentimentos cristãos presentes àquela época impulsionam, a cada ano, a Campa-

nhá da Fraternidade, que, em sua

opinião, representa um brado de alerta sobre a crise ética e a problemática social aflitiva dos tempos atuais. Segundo o senador, o impacto da campanha é tão forte que não se limita a sensibilizar a comunidade católica, atingindo “corações e mentes de todos os redutos do pensamento religioso”.

— A campanha faz parte da proposta de convivência ecumênica defendida pela Igreja Católica — afirmou.

SESSÃO ESPECIAL

Carlos Patrocínio sugere representante da CNBB no Conselho de Comunicação

Falando em nome de seu partido, o PTB, o senador Carlos Patrocínio (TO) manifestou sua admiração pelo trabalho empreendido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 50 anos de existência. Ele exaltou a capacidade de liderança e o exemplo de organização da entidade e sugeriu que, em reconhecimento à importância da CNBB, um representante da conferência seja convidado a in-



Patrocínio exalta capacidade de liderança da CNBB

tegrar o Conselho de Comunicação Social, a ser constituído na próxima terça-feira.

Para o senador, a data comemorada na sessão especial do Senado deve servir para a sociedade fazer uma reflexão sobre os rumos do país e do mundo, em especial, para os aspectos defendidos pela CNBB, de valorização da ética, da moral e dos princípios cristãos. Patrocínio disse que a história da

entidade é uma demonstração efetiva da luta pela igualdade e dignidade do povo brasileiro.

— O jubileu de ouro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não deve ser comemorado apenas como a passagem dos 50 anos de fundação de uma entidade de congregação da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, mas como a celebração do cinquentenário de uma entidade preocupada com o destino do país e com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e humanitária — declarou.

Alimentação deve ser direito social, afirma Valadares

Ao homenagear os 50 anos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que espera uma rápida votação, pelo Senado, de proposta de emenda à Constituição de sua autoria que inclui o direito à alimentação no capítulo dos Direitos Sociais.

O senador citou dados da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo os quais 800 milhões de pessoas passam fome atualmente no mundo, para defender a ado-

ção de um modelo econômico mais humano.

— A injustiça social se opõe ao mandamento do amor fraterno. O momento exige a transformação da sociedade e da economia, na busca de uma ordem voltada ao bem comum. Embora a atual produção mundial seja suficiente para alimentar o dobro da população mundial, 100 mil pes-



Valadares quer modelo econômico mais humano

soas morrem a cada dia por falta de comida — observou.

Valadares defendeu o estímulo à agricultura, como medida necessária no esforço de combate à pobreza. E lamentou a “posição humilhante” ocupada pelo Brasil no *ranking* do

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) adotado pela ONU.

Rocha destaca ação da Igreja Católica na Amazônia

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ressaltou o papel da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil na resistência ao autoritarismo e na redemocratização do país. Por meio de figuras como dom Aloísio Lorscheider e dom Ivo Lorscheiter, disse, a entidade combateu a doutrina de segurança nacional e a tortura, defendendo a concessão de anistia aos presos políticos e a volta à normalidade institucional.



Rocha elogia atitude firme contra o arbítrio

— É impossível imaginar o Brasil democrático de hoje sem a atuação firme da CNBB. Para além das correntes ideológicas, de esquerda ou de direita, a CNBB sempre esteve ao lado do que julgava mais justo para o povo brasileiro — declarou Sebastião Rocha.

O senador destacou também o papel da Igreja Católica e da CNBB na Amazônia. Prova disso, observou, é a Campanha da Fraternidade deste ano,

que defende os povos indígenas.

— Mesmo quando os canais democráticos estavam emperrados, obstruídos, artificialmente engessados e até censurados, havia uma voz que bradava por justiça social, por meio das Campanhas da Fraternidade — disse o senador.

Rocha registrou ainda o trabalho das pastorais, principalmente a da Criança, que tem obtido sucesso na redução das taxas de mortalidade infantil nas comunidades onde atua, e a da Terra, que luta pela reforma agrária e denuncia a violação dos direitos humanos no campo.

Ronaldo lembra preocupação dos bispos com igualdade social

O senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) relembrou a atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil durante o período da ditadura, ressaltando a preocupação dos bispos com a justiça e a igualdade social. Conforme o senador, independente de crença e fé, ninguém no Brasil pode negar o papel histórico desempenhado pela CNBB.

— Por inspiração da CNBB, nenhuma outra instituição mais que a Igreja Católica emprestou aos brasileiros sua voz quando o obscurantismo político a muitos perseguia, a outros tantos silenciava e a quase todos aterrorizava. A Igreja franqueou púlpitos e escancarou templos e sacristias, que se tornaram os menos inseguros dos refúgios contra a arbi-

triedade das prisões e o risco da tortura — disse.

Ronaldo ressaltou a força moral e a coragem de dom Hélder Câmara, idealizador da instituição. Citou ainda dom José Maria Pires e dom Marcelo Carvalheira, com atuação destacada na Paraíba.



Ronaldo: Igreja emprestou voz aos perseguidos

Entidade desenvolveu uma obra magnífica em 50 anos, diz Suplicy

Em nome do Bloco Oposição, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez em Plenário uma análise da atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil ao longo dos últimos anos, lembrando que na década de 70 a CNBB foi uma das maiores defensoras dos direitos humanos e que a entidade lutou pelo fim da tortura e pelo retorno do país à democracia.

Eduardo Suplicy destacou a ação da Pastoral da Criança, criada pela CNBB para cuidar da saúde, da nutrição e da educação de crianças de até seis anos de idade, num trabalho que envolve a família e a comunidade. Segundo informou o parlamentar, a Pastoral da Criança trabalha, principalmente, nas periferias das grandes cidades e nos bolsões de miséria de pequenos e médios municípios.



Eduardo Suplicy recorda defesa dos direitos humanos

O senador observou que, nas regiões onde a Pastoral da Criança atua, a mortalidade infantil chega a ser 50% menor que nos locais onde a pastoral não está presente. Suplicy destacou ainda projetos complementares da pastoral, como os de geração de renda e de alfabetização de adultos. As “ações positivas” das várias Campanhas da Fraternidade também foram enaltecidas pelo senador.

— No correr desses últimos 50 anos, a CNBB desenvolveu uma obra magnífica. A presença constante da instituição nos grandes momentos da vida do país e sua permanência na distribuição do bem servem de exemplo a todos os brasileiros, preocupados com os graves problemas sociais que atingem o Brasil — afirmou Eduardo Suplicy na homenagem à entidade.

Tebet pede oração para que Senado possa atender anseios brasileiros

Ao presidir a sessão do Senado em homenagem aos 50 anos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ontem, o presidente Ramez Tebet enalteceu o trabalho da entidade em prol do Brasil e da cidadania para todos.

— Nenhuma instituição no país encarna

tão bem o sentimento cristão de solidariedade. Peço sua oração para que, nós, os senadores, sejamos iluminados e possamos atender aos legítimos anseios do povo brasileiro — afirmou.

Tebet contou sua experiência recente, em Roma, quando conheceu o papa João Paulo II, que, relatou, “aparentemente alquebrado, mão trêmula, encontrou na fé as forças para celebrar uma missa solene de duas horas em homenagem à canonização de Madre Paulina, a primeira santa brasileira”.

— Senti-me privilegiado e entendi que somente a fé é capaz de mobilizar os homens para os ideais cristãos — acrescentou o presidente do Senado.



Ramez Tebet: CNBB trabalha pela cidadania

Ramez Tebet manifestou seu inconformismo diante dos problemas mundiais relacionados à posição assumida pelos países ricos, que colocam barreiras ao comércio exterior e ao desenvolvimento econômico e social dos

países pobres. Para o senador, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros não é somente responsabilidade dos políticos, mas de todos, que precisam lutar juntos para garantir a cidadania a que cada brasileiro tem direito.

Ao concluir seu pronunciamento na homenagem à CNBB, o presidente do Senado destacou que somente a união fraterna de todos os brasileiros será capaz de dar terra aos trabalhadores sem-terra, teto aos sem-teto, emprego e renda aos que estão fora do mercado de trabalho e, finalmente, qualificação aos brasileiros que estão precisando de instrução para melhorar sua qualidade de vida.

Aprovação da CPMF pode reduzir corte de verbas

Informação foi prestada pelo ministro do Planejamento, Guilherme Dias, durante debate, ontem, na Comissão Mista de Orçamento

Assim que o Senado aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga até 2004 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o Executivo deverá rever parte do bloqueio de verbas iniciado há poucos dias para compensar perdas de receitas com a interrupção no recolhimento da contribuição. A informação foi passada ontem a deputados e senadores pelo ministro do Planejamento, Guilherme Dias, durante debate na Comissão Mista de Orçamento.

Ele deixou claro que a redução dos cortes também depende do fim da noventena, como está sendo chamado o prazo de 90 dias previsto para que a CPMF volte a ser cobrada. Um acordo partidário permitirá que seja suprimida da proposta de emenda constitucional uma expressão que, na prática, evitará que o governo tenha de cumprir a noventena.

O bloqueio de verbas, no valor de R\$ 5,3 bilhões, foi anunciado pelo governo no momento em que havia incerteza em torno da vota-



Guilherme Dias (segundo à esquerda), em debate coordenado por João Alberto e José Carlos Aleluia (primeiro e segundo à direita, respectivamente)

ção da emenda da CPMF no Senado. Além do congelamento de verbas, o Ministério da Fazenda está autorizado a aumentar a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), caso a cobrança da CPMF seja suspensa depois de 17 de junho, último dia de desconto permitido pela atual legislação.

Líderes partidários prevêem aprovar a prorrogação da CPMF cinco dias antes do dia 17 de junho, inclusive com a supressão da frase que permitirá ao governo manter a cobrança da contribuição, sem interrupção por 90 dias.

O ministro Guilherme Dias explicou longamente aos deputados

e senadores os números contidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003, que deve ser aprovada pelo Congresso até o dia 30 de junho. Muitos parlamentares, especialmente da oposição, consideraram otimistas as previsões colocadas na LDO, entre eles Sérgio Miranda (PCdoB-MG).

O ministro acha possível que o crescimento econômico de 2003 alcance 4%; a inflação caia para 4% ao ano; e o dólar baixe para R\$ 2,42, como previsto na LDO. Consultores privados trabalham com percentuais bem menores para crescimento e mais elevados para inflação e câmbio.

Tebet apóia mais prazo para Zona Franca

O presidente do Senado, Ramez Tebet, ressaltou a importância do papel desempenhado pelo Congresso na tomada de iniciativas visando à adoção de medidas de repercussão direta sobre a qualidade de vida do povo. Ele fez tal declaração ao receber, ontem, o texto da proposta de emenda à Constituição que prorroga o prazo de funcionamento da Zona Franca de Manaus de 2013 para 2040.

— O Legislativo está tomando a dianteira, pois não pode ficar só esperando pelas ações do Executivo, mas deve impulsionar a atuação do governo. Este trabalho que me é apresentado hoje demonstra a capacidade do Congresso — disse o senador aos deputados Elcione Barbalho, relatora, e Francisco Garcia, presidente da comissão especial que deu parecer sobre a matéria.

Tebet destacou que, com a decisão do Congresso de tratar da questão dez anos antes do prazo que a Constituição de 1988 destinou à Zona Franca, será evitada a



Tebet recebe da deputada Elcione Barbalho e do deputado Francisco Garcia proposta sobre a Zona Franca de Manaus

evasão das empresas e assegurada a continuidade do desenvolvimento da região, levando-se em conta que os investidores precisam planejar suas atividades com segurança e com anos de antecedência.

— Às vezes, só se vê a obra e quem a executa, quem opera, e não se enxerga quem fez operar. Com essa iniciativa, vamos ajudar a construir um Brasil melhor, diminuindo as desigualdades, pois a Zona Franca não atende apenas à Amazônia, significa também um passo para aca-

bar com esses dois Brasis, o rico e o pobre, e melhorar a qualidade de vida do nosso povo — disse.

Ao entregar o texto a Tebet, Elcione Barbalho ressaltou a unanimidade conseguida na aprovação da proposta, enquanto Francisco Garcia informou que o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, pretende incluir a matéria antes do fim do ano na pauta do Plenário, por acordo de lideranças. Dessa forma, a emenda chegaria ao Senado em 2003.

Porto alerta para gravidade da crise financeira dos estados

Usando o exemplo de Minas Gerais, Arlindo Porto (PTB-MG) apelou para que as lideranças políticas examinem a grave situação das finanças dos estados e apontem caminhos que viabilizem os governos estaduais. O pedido foi feito a partir da análise de que



Minas Gerais usa 13% do Orçamento para pagar dívida, diz Porto

o crescimento das economias dos estados está condicionado ao crescimento da economia nacional, que depende das políticas do governo federal.

O senador informou que as contas de Minas Gerais apresentam um déficit mensal de R\$ 83 milhões, causado, entre outros fatores, pelo comprometimento de R\$ 130 milhões por mês com o pagamento da dívida renegociada com a União, o que equivale a 13% da sua receita. No mês de abril, esse percentual chegou a 17% e, de acordo com reportagem publicada pelo jornal *Estado de Minas*, deixará para o futuro governador um déficit de R\$ 2,3 bilhões nas contas públicas.

O senador destacou que a dívi-

da do estado em 1998 girava em torno de R\$ 18 bilhões. Naquela época, foi renegociada para pagamento em 30 anos com juros anuais de 7,5%, com correção pelo Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas. Porém, continuou Porto, a dívida está em R\$ 28 bilhões, mesmo depois de o governo do estado haver pago R\$ 4,5 bilhões.

Como consequência, o governo está com pagamentos atrasados há, no mínimo, três meses. Além de todas essas dificuldades, Porto registrou que recursos do Fundo de Participação dos Estados, que deveriam ser repassados para este mês, no valor total de R\$ 67,5 milhões, foram bloqueados.

O senador informou ainda que a Procuradoria Geral do estado entrou com ação junto ao Supremo Tribunal Federal para conseguir diferenças relativas a repasses do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), calculadas em mais de R\$ 900 milhões.

Álvaro Dias defende maior compromisso com saúde pública

Álvaro Dias (PDT-PR) sugeriu que os candidatos a cargos executivos aproveitem a campanha eleitoral para registrar seus compromissos em relação à saúde pública. Na avaliação do senador, a destinação de 12% dos recursos orçamentários para a saúde pública



Para Álvaro, eleitor deve cobrar promessas de campanha

não é suficiente, porque a lei por si só não garante competência e honestidade na aplicação desses recursos.

Ele admitiu que promessas de campanha são vistas com desconfiança pela opinião pública, uma vez que comumente deixam de ser cumpridas. Mas a população pode e deve cobrar, com mais ênfase, o cumprimento das promessas, pois o ano eleitoral é o momento ideal para marcar uma mudança de rumo, enfatizou.

O senador salientou que, em relação ao Paraná, o governo estadual seguiu à risca a política

“neoliberal e excludente” do governo federal nos últimos sete anos, privilegiando a implantação de montadoras de automóveis em detrimento de investimentos em outras áreas tradicionais da economia paranaense. Isso acarretou queda na produção agrícola e agroindustrial, levando grandes contingentes à migração para a região metropolitana de Curitiba atrás do que vendeu a propaganda do governo.

Segundo Álvaro Dias, essa orientação equivocada tornou calamitosa a situação da saúde pública do estado. Houve aumento da incidência de problemas típicos da urbanização como doenças degenerativas, cardiovasculares e mentais, doenças do trabalho, intoxicações e violência, ao lado da persistência de doenças infecciosas e parasitárias, características do subdesenvolvimento.

Suplicy sugere humildade a Fernando Henrique

Para o senador, deve ser essa a postura do presidente da República ao falar sobre a possibilidade de o pré-candidato petista ganhar as eleições. Os índices econômicos atuais não respaldam qualquer atitude arrogante, afirmou

Ademir quer manter base da Petrobras em Tapanã

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu a manutenção, em Tapanã (PA), da Unidade de Negócios da Petrobras na Amazônia, por promover a descoberta de petróleo e exploração de gás natural no Norte e Nordeste. Segundo o parlamentar, está em curso no Pará, por iniciativa da Petrobras, operação para desmonte do órgão. Há pelo menos três anos vem se tentando fechar a unidade da estatal.

Ademir Andrade criticou a falta de empenho do governador do Pará, Almir Gabriel, em buscar solução para o problema. O governador também foi criticado por se negar a receber os trabalhadores e intervir junto à empresa. Segundo o senador, a Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional, da Câmara dos Deputados, aprovou requerimento para realização de audiência pública com a presença do presidente da Petrobras, Francisco Gros, do gerente-geral da Unidade da Amazônia, Paulus Van Der Vem, e de representantes do sin-



Ademir: fechamento da unidade afetará pesquisa de petróleo

dicato dos trabalhadores da empresa. O objetivo é impedir o desmonte da Unidade de Negócios.

ESTAGNAÇÃO

O parlamentar afirmou que, caso seja confirmado o fechamento da base de Tapanã, ocorrerá a estagnação das pesquisas de busca de petróleo na costa do Amapá, Pará e Maranhão. Para os técnicos da estatal, disse o senador, a transferência da administração dessas pesquisas para o Rio de Janeiro vai fazer com que os trabalhos naqueles três estados fiquem em terceiro plano. Na sua avaliação, a medida provocará grande prejuízo para a região amazônica.

Ademir Andrade lembrou que, até o início da década de 90, a unidade tinha aproximadamente 700 funcionários, além de cerca de 3 mil postos de trabalho indiretos, ocupados por profissionais de diversas áreas. Desses, frisou, permanecem em Belém apenas 140. Os demais foram transferidos para o Amazonas e Rio de Janeiro.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou ao presidente Fernando Henrique Cardoso e demais integrantes do governo federal que assumam "postura de humildade" quando se manifestarem sobre a possibilidade de o candidato petista à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, assumir a direção do país. Suplicy leu artigo intitulado "O efeito FHC", do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, publicado ontem no jornal *Folha de S. Paulo*, e salientou que os atuais índices econômicos não respaldam uma postura arrogante por parte do governo.

No artigo, o autor lembra que o setor público brasileiro suporta elevada carga de juros. Nogueira cita dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) segundo o qual o Brasil é um dos países com maiores despesas com o paga-



Suplicy considera que, com Lula na Presidência, país poderá crescer

mento de juros – cerca de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) e 20,5% do gasto público total. "Nenhum dos outros 11 países pesquisados, sendo sete da América Latina e cinco do Leste da Ásia, registra dados próximos aos do Brasil", pontua o economista.

Outra informação destacada por Suplicy demonstra que o país enfrenta dificuldades nas contas

externas. Projeções para 2002 referentes a um conjunto de 25 economias emergentes, publicadas pela revista *The Economist*, indicam que só a Polônia e a República Tcheca apresentarão déficits em conta corrente superiores ao do Brasil.

– Esses números estão a indicar que seria próprio ao presidente e aos membros do governo Fernando Henrique maior grau de humildade – frisou Suplicy, ressaltando o recente anúncio de que a dívida mobiliária do governo cresceu, desde o começo da atual administração, de R\$ 61 bilhões para mais de R\$ 600 bilhões.

Suplicy disse que, com Lula na Presidência, a médio e longo prazo os investidores internacionais chegarão à conclusão de que o país poderá crescer, distribuir melhor a renda, desenvolver a economia e construir uma nação mais equilibrada.

Alcântara destaca resultados na economia

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a política do governo federal de reduzir sua participação como empreendedor na economia para poder exercer com maior eficácia as atividades de normatização, controle e fiscalização dos serviços oferecidos aos cidadãos. Ele citou o setor elétrico como um dos maiores beneficiados com a mudança.

– O setor elétrico há muito enfrentava problemas, como, por exemplo, a inadimplência das distribuidoras, que acumulavam débitos com as empresas geradoras de energia. Por outro lado, as tarifas estavam defasadas e as empresas do setor, descapitalizadas, não podiam contar com créditos

de organismos financeiros internacionais para expandir a oferta – afirmou Alcântara.

Nesse contexto, lembrou o senador, foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com a missão de reestruturar o setor, viabilizar a retomada dos investimentos e melhorar o atendimento à população. A responsabilidade de realizar novos investimentos na geração, distribuição e oferta de energia, acrescentou Lúcio Alcântara, foi transferida aos agentes privados.

OUVIDORIA

A atuação da Aneel mereceu elogios do senador do PSDB. Ele citou algumas iniciativas da agência, como a criação de ouvidoria para

melhorar o atendimento aos consumidores, o estímulo à entrada em funcionamento de novos projetos de geração e a ampliação dos direitos dos usuários por meio de novo contrato de adesão para o fornecimento de energia elétrica.

Entre os direitos dos consumidores conquistados a partir do novo contrato de adesão, Lúcio Alcântara destacou o ressarcimento em equipamentos por danos decorrentes do fornecimento de energia e a devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente e sem justificativa. Também lembrou a opção de até seis datas de vencimento para pagamento das contas de energia elétrica.

Escórcio ressalta trabalho do governador maranhense

"Um tocador de obras", foi como o senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) definiu o governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, que assumiu o cargo depois que Roseana Sarney desincompatibilizou-se para concorrer a uma vaga no Senado. Escórcio disse que José Reinaldo Tavares é um profundo conhecedor dos problemas maranhenses.

Francisco Escórcio fez um his-

tórico da vida pública de José Reinaldo Tavares, observando que, quando ministro dos Transportes, o atual governador realizou grandes obras por todo o país. Escórcio destacou a construção, no Maranhão, do píer petroleiro do Porto de Itaqui e as barragens do Flores e do Pericumã.

O senador destacou a sensibilidade pública do governador e dis-

se acreditar que ele fará uma administração "que marcará época".

– José Reinaldo Tavares foi parceiro do governo vitorioso de Roseana Sarney, participando ativamente de todas as frentes de desenvolvimento abertas no estado.



Gerardo Magela

ESCOLA METODISTA HOMENAGEIA TEBET

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem visita de cortesia de representantes do Instituto Americano de Lins, da Igreja Metodista, escola onde ele estudou entre 1949 e 1952. Na época, informou o diretor-geral da instituição, Joaquim de Miranda

Rosa Filho, o colégio já incentivava a democracia e a liderança, com a implantação de grêmios estudantis.

– O senador Ramez Tebet afirmou publicamente que foi lá que ele aprendeu o que é democracia – segundo o diretor.



José Cruz

Escórcio: administração de José Reinaldo Tavares marcará época

Maldaner: baleia franca deve simbolizar ecoturismo

Senador anuncia apresentação de projeto, convencido de que iniciativa atrairá estrangeiros preocupados com meio ambiente

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) anunciou ontem, em Plenário, a apresentação de projeto de lei de sua autoria que define a baleia franca como símbolo nacional do ecoturismo. A iniciativa, na sua opinião, poderá contribuir para atrair ao Brasil turistas estrangeiros preocupados com a preservação do meio ambiente.

De acordo com Maldaner, o turismo de observação de baleias movimentava anualmente US\$ 1 bilhão em 87 países e territórios. Até o momento, porém, o Brasil não tem sido beneficiado pela visita de pessoas interessadas no tema.

— Se divulgarmos de forma profissional que o Brasil pode ofere-



Casildo Maldaner: baleias têm sido vistas em diversos estados

cer condições para o turismo de observação de baleias, vamos conseguir atrair esse turista estrangeiro. E ele vai acabar procurando outros pontos turísticos em todo o país — previu Maldaner.

O senador lembrou que Santa Catarina tem excelente infra-es-

trutura turística, ociosa durante o inverno e a primavera, época em que tem sido observada a presença de baleias francas, dadas como extintas na década de 70. Mas outros estados também poderão acolher os ecoturistas, apostou, uma vez que as baleias também têm sido vistas no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Maldaner defendeu ainda projeto de sua autoria, apresentado nesta semana, que estabelece a criação de fundo de proteção a pequenos produtores rurais atingidos por fenômenos como a estiagem. Esse poderá ser um instrumento para garantir a permanência dos produtores em suas propriedades.

Um gigante pacífico de 40 toneladas

A baleia franca, um gigante pacífico que chega a atingir 18 metros de comprimento e pesar aproximadamente 40 toneladas, curiosamente, se caracteriza pelo corpo todo negro, salvo a presença de uma mancha branca na barriga e verugas branco-amareladas na cabeça. Pode ser observada a poucos metros da costa nos meses de inverno e primavera desde o Rio Grande do Sul até o sul da Bahia. Santa Catarina é uma das áreas

mais importantes em todo o planeta para a reprodução das baleias devido às suas águas calmas e enseadas protegidas.

Um dos principais alvos da caça baleeira, a baleia franca foi protegida em todo o mundo por meio de acordos internacionais em 1935. No Brasil, foi caçada até meados da década de 70 e está citada na lista oficial das espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção.

Carlos Bezerra elogia edição de revista da UFMT

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) elogiou a decisão da Editora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) de retomar a publicação da revista *Agricultura Tropical*, que ficou dois anos sem circular por falta de recursos financeiros.

Segundo Bezerra, a revista está direcionada a professores, alunos, pesquisadores e interessados em ciências agrárias, principalmente em agricultura tropical. Entre os dez artigos que compõem a edição de relançamento, informou, um deles é de especial interesse de Mato Grosso, porque trata da cultura do algodoeiro, detalhando as principais doenças e medidas atualizadas para seu controle.



Jane de Araújo

BATIQUE NO ESPAÇO CULTURAL

A utilização da técnica milenar do batik, originária de Java, pode ser vista até hoje nas obras da artista plástica Jamili Sara, em exposição no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, do Senado Federal. Nascida na Bolívia e radicada em Brasília, Jamili exerce as funções de Analista Legislativo, como tradutora de espanhol, na Secretaria de Informação e Documentação.

Mozarildo defende maior investimento na educação

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu mais investimentos em educação como forma de o país suplantar as desigualdades sociais que o colocam entre os países de pior distribuição de renda no mundo. Citando estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o senador disse que essas distorções são consequência do acúmulo de equívocos políticos e de planejamento do país.

— Nosso maior erro está em não haver conseguido formular, implementar e operar uma política de educação consistente e de longo prazo, destinada a erradicar o aspecto mais injusto dentre as nossas desigualdades: a desigualdade de acesso à educação.

Mozarildo destacou que a baixa escolaridade realimenta os processos de exclusão social e de concentração de renda. Os levantamentos do Ipea indicam que, de



Mozarildo: baixa qualificação do trabalhador prejudica desenvolvimento

todas as variáveis econômicas, o número de anos de escolaridade de um trabalhador é a mais correlacionada ao nível salarial.

O parlamentar observou que a baixa qualificação do trabalhador prejudica o desenvolvimento do país, pois falta capital huma-

no para a competição internacional em ambiente de mercado globalizado altamente tecnológico.

Mozarildo salientou que recentes avaliações de desempenho aplicadas a estudantes de vários países deixaram o Brasil entre as piores colocações, ou seja, os estudantes brasileiros estão saindo mal preparados da escola.

— Não haverá educação de qualidade neste país se não houver, nas salas de aula, professores qualificados e motivados, o que não se dará se continuarmos a desprezar a formação do corpo docente e a sua justa remuneração — frisou Mozarildo.

Carlos Wilson aplaude fórum das escolas particulares

Ao registrar a segunda jornada do Fórum Permanente da Educação, promovido na semana passada, em Brasília, pela Federação Interestadual das Escolas Particulares, o senador Carlos Wilson (PTB-PE) congratulou as escolas privadas brasileiras que, sem proteção tributária, seguem na missão de dar competitividade aos jovens, buscando atualizar-se com o que de melhor se faz no mundo.

Carlos Wilson disse que essa federação representa dois terços de todos os estudantes de escolas particulares no Brasil. Depois de parabenizar o presidente da entidade, professor Cláudio Tricatte, ele elogiou a palestra proferida pelo professor Alvaro Marchesi, da Universidade Complutense de



Segundo Carlos Wilson, escolas privadas buscam constante atualização

Madri, a quem se atribui a reforma educacional realizada na Espanha após a queda do general Franco.

De acordo com Carlos Wilson, Marchesi participou de projeto que colocou a Espanha entre as primeiras nações do mundo, em termos de educação formal. Segundo o senador, em 1977, no final do regime franquista, a Espanha destinava apenas 2% do PIB à educação. Vinte anos depois, acrescentou, esse número chega a 4,6% do PIB. Enquanto isso, no Brasil, o orçamento de 2002 prevê a aplicação de apenas 1,1% do PIB no setor.

Para o senador, é incompreensível que o governo se ufane de uma política educacional que, para ele, é simplesmente mais uma realização virtual.

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelos senadores Ramez Tebet, Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy e Francisco Escórcio